



TESOURO NACIONAL

APRESENTAÇÃO ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS

GTREL E GTCON

Brasília, 09 de agosto de 2010

Avanços da Estatística Patrimonial alinhados com a evolução da Contabilidade Patrimonial

Contabilidade Patrimonial

Grupos Técnicos



Tradução das IPSAS



Implementação do PCASP



Estrutura Normativa
Portaria 184 / Decreto 6976



Desenvolvimento de Sistema
de Informação



Estatística Patrimonial

GTI GFSM 2001



Tradução do Manual de EF
2001



Implementação da Estatística



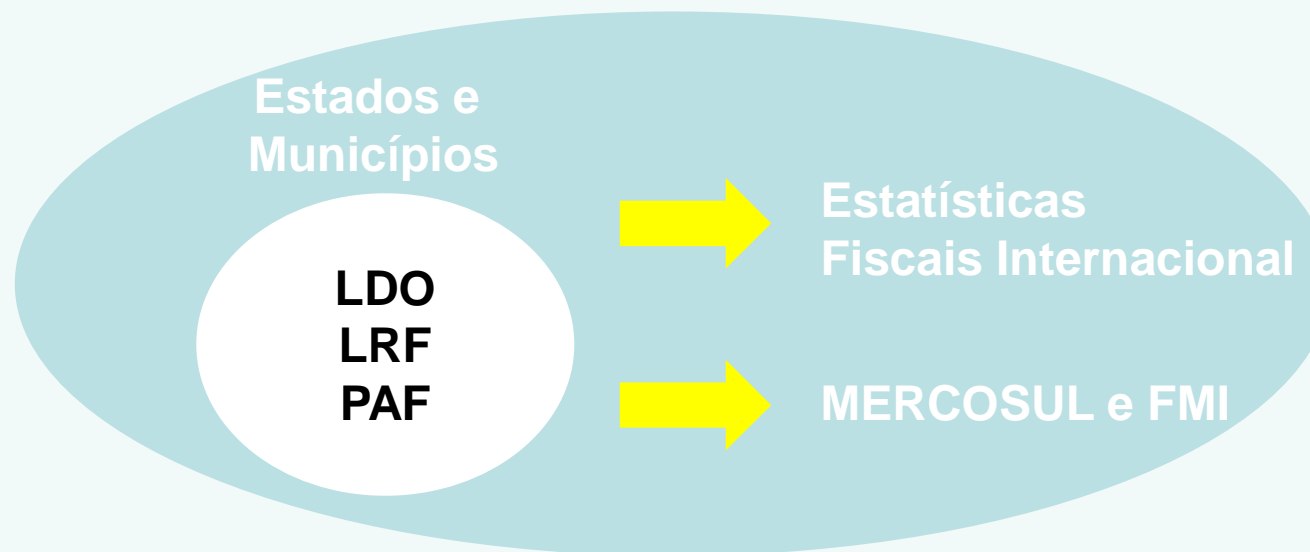
Estrutura Normativa
LC 131 / Decreto 7185



Desenvolvimento do Módulo
Fiscal no SISTN

Marcos Legais

- **Acordo Mercosul**
- **Acordos FMI Estatísticas Fiscais (IFS/SDDS)**
- **Lei Complementar 131/2009 e Decreto 7.185/2010**
- **Leis de Convergência Internacional**



Cronograma de implementação da estatística

2009

2010

2011

2012

2013

2014

Contabilidade Patrimonial

Estrut. básica (4º nível)

7º nível União e Consol.

Opção dos Entes

Obrig. União, Estados

Obrig. Municípios

Normas e sistemas

Sistemas

GC e emp. federais

Estados e emp. Estaduais

Municípios e Setor Público

- Normativo EFP
- LQF
- SIAFI GFSM

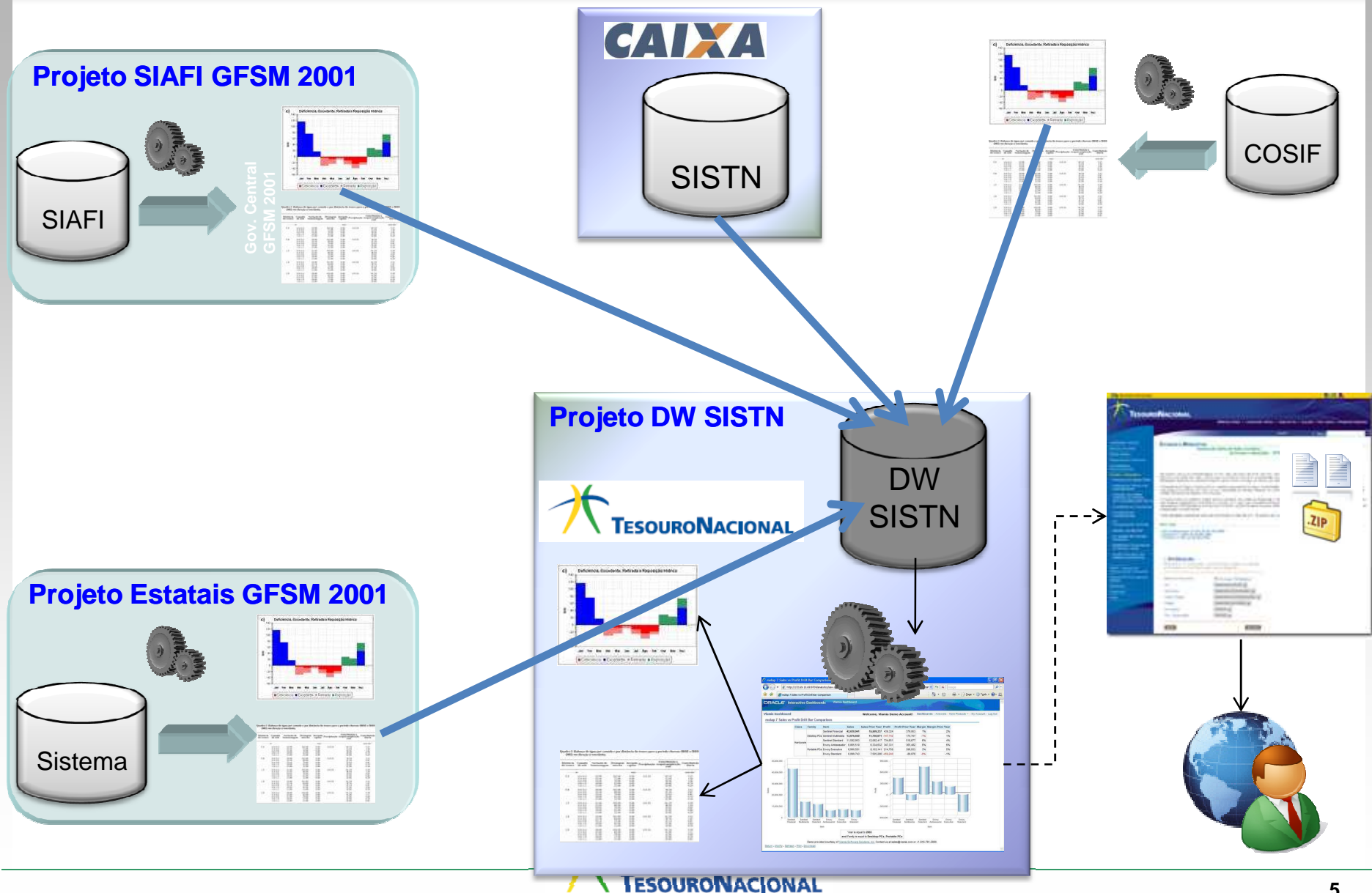
- DW SISTN
- SIEST GFSM
- STN/COPAR

- Estatísticas do Governo Central e empresas federais

- Estatísticas dos Estados e empresas estaduais

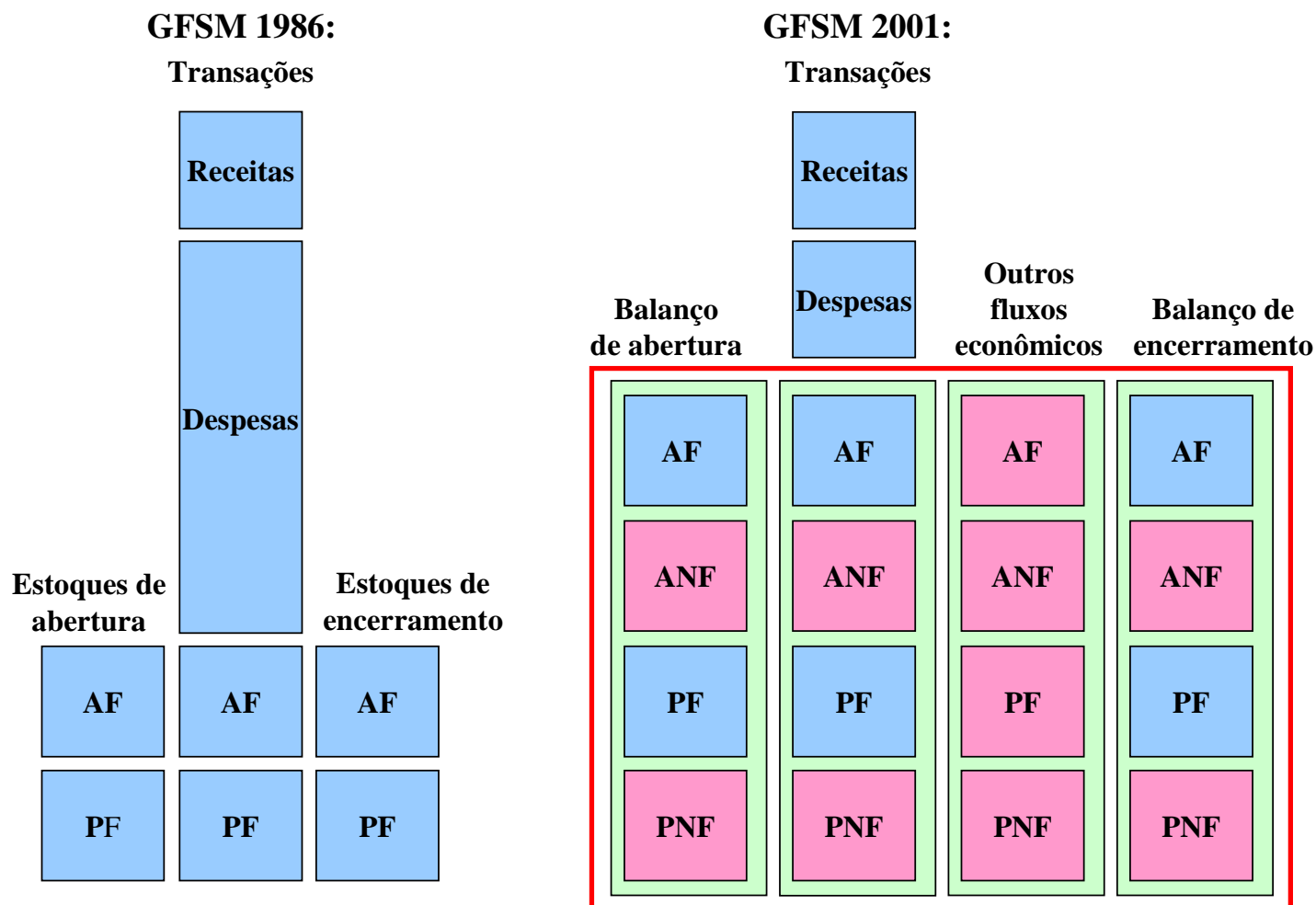
- Estatísticas dos Municípios, empresas municipais e do Setor Público Consolidado

Desenvolvimento de Sistemas de Informação



- **Assistência técnica do Departamento de Estatísticas do FMI**
- **Conclusão da tradução do Manual de EFP 2001 para o português;**
- **Elaboração de do vol. X do MCASP (Manual Técnico de EFP 2001);**
- **Diagnóstico de adequação de informações estatísticas para entes subnacionais em aderência ao Manual de EFP 2001 e ao MEF Mercosul 2009;**
- **Compilação de estatísticas do Governo Central para o exercício de 2008 e automação, via Projeto SIAFI GFSM 2001, para dados de 2009 ;**
- **Compilação de estatísticas de entes subnacionais tanto no arcabouço do Manual de EFP 2001 e do Manual Harmonizado de EFP Mercosul 2009 a partir dos exercício de 2008, dando continuidade ao trabalho realizado no exercício-piloto;**
- **Elaboração do Manual Técnico de compilação de EFP para entes subnacionais;**
- **Criação de metodologia e de manual de compatibilização de fluxos e estoques para os 3 níveis de Governo em linha com o MEF-Mercosul 2009;**
- **Eventos de capacitação para disseminação da metodologia de elaboração de EFP, envolvendo Governo Federal e gestores estaduais.**

Balanço Patrimonial – Manual de EFP 1986 x Manual de EFP 2001



AF – Ativos financeiros
 ANF – Ativos não financeiros
 PF – Passivos não financeiros
 PNF – Passivos não financeiros

MEF MERCOSUL 2009

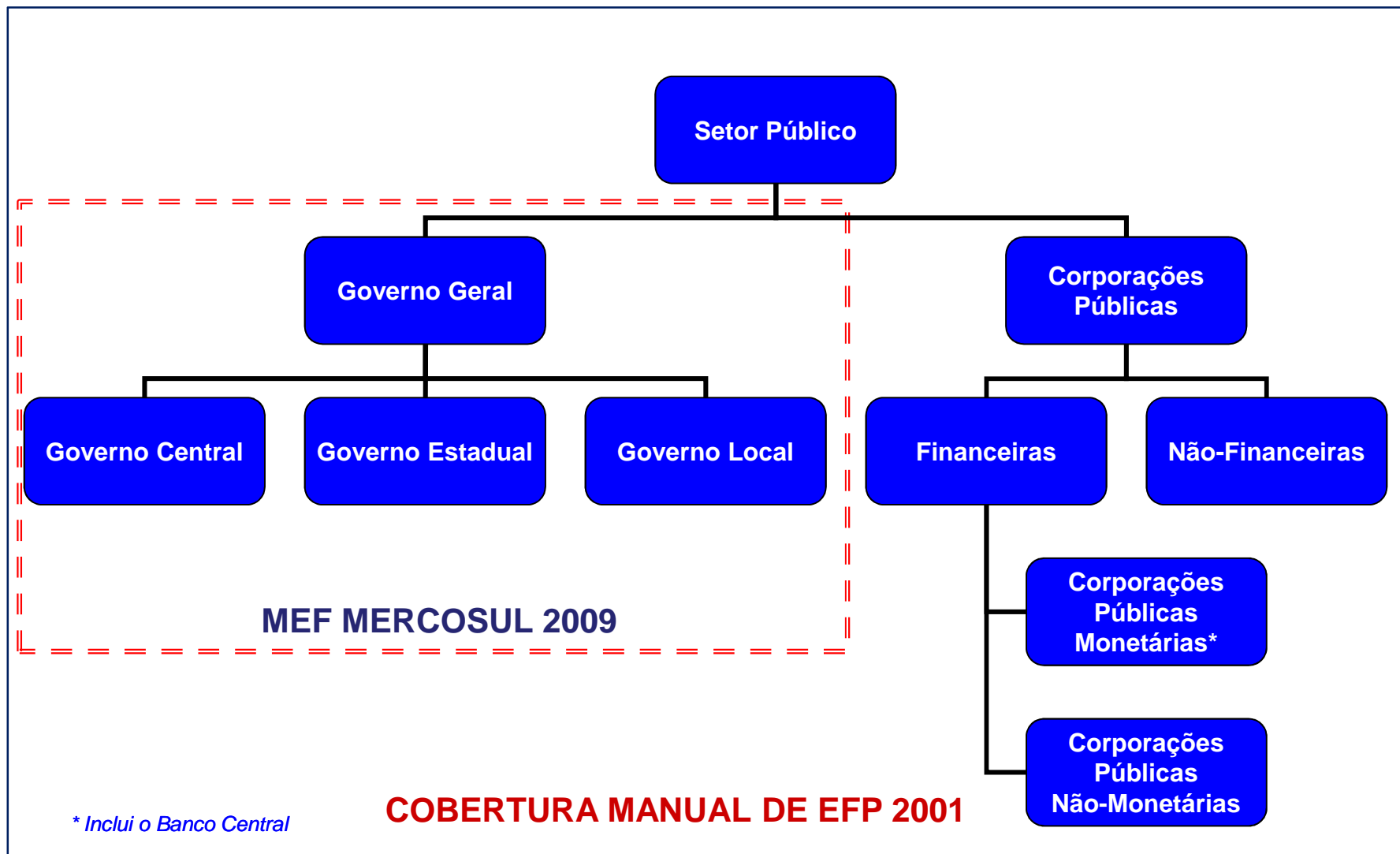
Harmonização de estatísticas fiscais no MERCOSUL (<http://www.mercosur.org.uy/>)

- O trabalho de harmonização teve início no ano 2000 por iniciativa dos Ministros de Economia e Presidentes dos Bancos Centrais dos 4 países do bloco;
- O Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) foi criado com o objetivo de elaborar uma metodologia comum para as estatísticas fiscais;
- O primeiro manual de estatísticas fiscais do MERCOSUL (MEF 2000) foi publicado em 2000, tendo como referência metodológica o Manual de EFP 1986.
 - ✓ Manual MERCOSUL (2000):
 - http://gmm.mecon.gov.ar/pdf/manual_port.pdf
 - ✓ Manual de EFP 1986 (inglês e espanhol):
 - <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/1986/eng/index.htm>
 - ✓ Manual de EFP 2001:
 - Inglês: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/index.htm>
 - Espanhol: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/esl/index.htm>

MEF MERCOSUL 2009

- Fruto da necessidade de ampliar e fortalecer a base de informação fiscal harmonizada disponível no bloco, incorporando as melhores práticas internacionais;
- As referências metodológicas adotadas foram o Manual de EFP 2001 e o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 1995).
 - SEC 1995:
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/national_accounts/methodology

Cobertura: Manual de EFP 2001 e MEF MERCOSUL 2009



Arcabouço analítico: Manual de EFP 2001 e MEF MERCOSUL 2009

Objeto de análise

- Manual de EFP 2001: evolução do Patrimônio Líquido do governo;
- MEF MERCOSUL 2009: evolução do Patrimônio Financeiro Líquido do governo (incluindo “outras contas por pagar” e “outras contas por receber”);

Arcabouço analítico

- Manual de EFP 2001: quatro demonstrativos financeiros
 - Demonstrativo de Operações do Governo
 - Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstrativo de Usos e Fontes de Caixa
- MEF MERCOSUL 2009: três demonstrativos financeiros
 - Fluxos por Transações de Governo
 - Estoques e Fluxos do Patrimônio Financeiro do Governo
 - Fluxos por Transações de Governo Base Caixa

Arcabouço analítico: Manual de EFP 2001 e MEF MERCOSUL 2009

Principais Indicadores:

Manual de EFP 2001	MEF MERCOSUL 2009	CONCEITO
x	Resultado Fiscal Primário	Receitas menos despesas, exceto fluxos de juros: resultado das operações primárias do governo.
x	Resultado Operativo Primário	Receitas menos despesas, exceto fluxos de juros e transações em ativos não financeiros (investimentos).
Resultado Operacional Bruto	Resultado Operativo Nominal	Receitas menos despesas, exceto transações em ativos não financeiros (investimentos), representando uma medida da sustentabilidade corrente das operações governamentais.
Resultado Operacional Líquido	x	Receitas menos despesas, incluindo depreciação de ativos não financeiros.
Aquisição Líquida de Ativos não Financeiros	x	Transações em ativos não financeiros que não afetam o PL. São registrados os valores da realização de investimentos públicos.
Empréstimos/Endividamento Líquidos	Resultado Fiscal Nominal	Receitas menos despesas. Evidencia o resultado das transações no patrimônio do governo.

Manual de EFP 2001: Demonstrativo de Operações de Governo

TRANSAÇÕES QUE AFETAM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1. RECEITA
 - 1.1. Impostos
 - 1.2. Contribuições Sociais
 - 1.3. Doações
 - 1.4. Outras receitas
2. DESPESA
 - 2.1. Remuneração de Empregados
 - 2.2. Uso de bens e serviços
 - 2.3. Consumo de capital fixo
 - 2.4. Juros
 - 2.5. Subsídios
 - 2.6. Doações
 - 2.7. Benefícios sociais
 - 2.8. Outras despesas
3. RESULTADO OPERACIONAL BRUTO¹ (3=1-2+2.3)
4. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO¹ (4=1-2)

TRANSAÇÕES EM ATIVOS NÃO FINANCEIROS

5. AQUISIÇÃO LÍQUIDA DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS²
 - 5.1. Ativos fixos
 - 5.2. Variação de estoques
 - 5.3. Valores
 - 5.4. Ativos não produzidos
6. EMPRÉSTIMOS/ENDIVIDAMENTO LÍQUIDOS³ (6=4-5=7-8)

TRANSAÇÕES EM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (FINANCIAMENTO)

7. AQUISIÇÃO LÍQUIDA DE ATIVOS FINANCEIROS
 - 7.1. Internos
 - 7.2. Externos
8. CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE OBRIGAÇÕES
 - 8.1. Internas
 - 8.2. Externas

Incluído no MCASP, vol. X.

MEF MERCOSUL 2009: Fluxos por Transações de Governo

Cuadro 1: Flujos por transacciones del Gobierno General o del Gobierno Central

Base devengado

1	Ingresos totales
1.1	Ingresos tributarios
1.2	Contribuciones a la seguridad social
1.2.1	<i>Contribuciones a la seguridad social - empleados del gobierno</i>
1.2.2	<i>Contribuciones a la seguridad social - empleados del sector privado</i>
1.3	Ingresos no tributarios
1.3.1	<i>Intereses ganados</i>
1.3.2	<i>Otros no tributarios</i>
1.4	Ingresos por venta de activos no financieros
2	Gastos totales
2.1	Remuneraciones a los empleados
2.2	Bienes y servicios
2.3	Intereses de la deuda pública
2.4	Prestaciones sociales
2.4.1	<i>Prestaciones de la seguridad social</i>
2.4.2	<i>Prestaciones de asistencia social</i>
2.5	Transferencias
2.6	Egresos por adquisición y construcción de activos no financieros
2.7	Otros gastos
3	Resultado fiscal primario (1 - 1.3.1) - (2 - 2.3)
4	Resultado operativo primario (3) - (1.4 - 2.6)
5	Resultado operativo nominal (4) + (1.3.1 - 2.3)
6	Resultado fiscal nominal (1-2)
7	Financiamiento (8-9)
8	Pasivos netos incurridos
9	Adquisición neta de activos financieros
	<i>memo ítems</i>
10	Discrepancia estadística (6+7)
11	Intereses netos devengados (1.3.1 - 2.3)

MEF MERCOSUL 2009: Estoques e Fluxos do Patrimônio Financeiro do Governo

Cuadro 2: Stocks y flujos del patrimonio financiero del Gobierno General o del Gobierno Central

Millones de u.m. acumulados a fin del x trimestre de xxxx

Base devengado

	Stock inicial (al 31/12/t-1)	Transacciones				Otros flujos económicos					Stock final (a fin de trimestre en t)
		7. Emisiones/ Rescates de Principal	8. Intereses pagados /recibidos	9. Intereses devengados	10. Financiamiento (7-8+9)	11. Por tipo de cambio	12. Por índice de precios	13. Por valoración a precios de mercado	14. Otros	15. Total (11+12+13+14)	
1. Deuda bruta											
1.1 Títulos públicos											
1.2 Préstamos											
1.3 Otros											
2. Activos financieros											
2.1 Depósitos											
2.2 Títulos											
2.3 Otros											
3. Deuda neta (1-2)											
4. Otros activos financieros											
5. Otros pasivos financieros											
6. Patrimonio neto financiero (-3 + 4 - 5)											

Conclusões

- *O novo padrão internacional de estatísticas fiscais (Manual de EFP 2001) representa um avanço de transparência nas operações do setor público, pois agrega à informação de caixa, os demais elementos que compõem o patrimônio do governo.*
- *O novo padrão de estatísticas harmonizadas do MERCOSUL (MEF MERCOSUL 2009) segue esta tendência ao adotar este novo padrão como referência metodológica de compilação de estatísticas fiscais no bloco.*

Cronograma Vol. X MCASP EFP 2001

	2010			
	agosto	setembro	outubro	novembro
<i>Comentários GT</i>	█			
<i>Revisão volumes</i>			█	
<i>Publicação</i>				█

Contatos: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

GEFIP - Gerência de Estatísticas Finanças Públicas



TESOURO NACIONAL

**DIAGNÓSTICO DE ADEQUAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS DOS
ENTES SUBNACIONAIS À METODOLOGIA HARMONIZADA DO
MERCOSUL**

Diagnóstico de adequação das estatísticas fiscais

1. Governo Central

- A STN já dispõe de informações sobre as estatísticas fiscais do Governo Central;
- Dessa forma, o diagnóstico está enfatizando a adequação das estatísticas fiscais dos entes subnacionais à metodologia harmonizada.

2. Governos Estaduais e Municipais

- **Diagnóstico Fase I (30/04/2010):** observou a adequação dos dados orçamentários informados pelos Estados e o DF no SISTN para a geração das estatísticas harmonizadas.
- **Diagnóstico Fase II (15/09/2010):** contemplará:
 - ✓ Todos os Estados e o DF, focando questões patrimoniais;
 - ✓ Uma amostra estratificada de 62 municípios, abordando informações orçamentárias e patrimoniais;
 - ✓ Fonte de dados: SISTN e publicações oficiais.

Diagnóstico de adequação das estatísticas fiscais

3. Governo Geral

- O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contemplará as necessidades de contabilização para a compilação das estatísticas harmonizadas, no entanto, sua implantação deverá ocorrer de forma gradual para a União, Estados e DF (2012) e Municípios (2013);
- Até lá, o compilador deverá adotar ações diferenciadas de acordo com os problemas encontrados.

Diagnóstico Inicial

- *Base:* SISTN (QDCC)
- *Ano:* 2008
- *Informações:* receitas e despesas orçamentárias
- *Comparação:* Balanços Gerais dos 27 Estados e do DF (BG)

Principais Verificações

- ✓ Abrangência
- ✓ Consistência das informações
- ✓ FUNDEB
- ✓ Transferências Constitucionais a Municípios
- ✓ Multas e Juros de Mora
- ✓ Fundos de previdências

Conclusões

- Os resultados do diagnóstico inicial confirmam a viabilidade de se elaborar estatísticas fiscais harmonizadas (MEF MERCOSUL 2009) a partir dos dados disponíveis no SISTN.
- Para tanto, serão necessários tratamentos estatísticos, a serem definidos na atividade de compilação, que poderão incluir:
 - ✓ Reclassificação de contas;
 - ✓ Redistribuição de valores;
 - ✓ Inclusão de notas explicativas.
- Maior parte dos problemas encontrados afeta o montante de receitas e despesas e não o resultado.

Abrangência

- Comparação das informações dos SISTN com as dos BG
- Resultado: as informações do SISTN são as mesmas que as apresentadas nos demonstrativos consolidados ou à agregação das administrações direta e indireta (quando os demonstrativos consolidados não estão disponíveis)
- A maioria dos estados informa a abrangência nos BG: é a mesma dos orçamentos fiscal e da seguridade social:
 - ✓ Administração Direta (Executivo, Legislativo – inclusive o Tribunal de Contas, Judiciário e Ministério Público)
 - ✓ Administração Indireta: Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes

Consistência

- Comparação das informações de receita e despesa (correntes e de capital), ativo, passivo e PL com as informações dos demonstrativos dos BG
- Resultado: poucas diferenças entre as duas fontes, na maioria dos casos estão nas demonstrações do patrimônio

FUNDEB

- Procedimento indicado no MCASP (Vol. I e Vol. III):
 - ✓ Receitas brutas e aporte como deduções de receita
 - ✓ Receita de “retorno” do fundo classificada como transferência da União
 - ✓ Resultado: não há dupla contagem e todos os lançamentos são feitos na receita orçamentária
- ❖ 3 estados não seguem a portaria: CE, RJ e SP

Problemas encontrados

- 1) o valor de deduções a ser classificado como *Transferências a outras unidades do Governo Geral* está subestimado
- 2) SP não contabiliza a transferência recebida do FUNDEB da União, impossibilitando uma conciliação
- 3) a despesa está superestimada pelo lançamento da perda líquida

FUNDEB

	R\$ milhões			
Erro	CE	RJ	SP	Total
Deduções	(1.295,24)	(3.053,94)	(11.207,95)	(15.557,13)
Transf. Fundeb	-	-	9.487,59	9.487,59
Receita	(1.295,24)	(3.053,94)	(1.720,36)	(6.069,54)
Perda líquida	842,19	1.564,05	1.720,36	4.126,60
Despesa	842,19	1.564,05	1.720,36	4.126,60

Ajustes propostos para a produção de estatísticas

- 1) imputar os valores das deduções conforme os percentuais da Lei nº 11.494/2007 e da transferência do fundo
- 2) Anular os valores informados como perda líquida

Transferências Constitucionais a Municípios

- No SISTN, não há a conta de Distribuição constitucional ou legal de receitas (3.3.40.81.00) → todas as transferências a municípios são classificadas na “conta mãe” (3.3.40.00.00). O SISTN 2009 continua com esse problema.
- SC e PI:
 - ✓ BG: contabilizam as transferências constitucionais ou legais a municípios como deduções da receita corrente;
 - ✓ SISTN: não contabilizam a cota-parte municipal nas receitas e nem a despesa com a transferência a municípios.

Problemas encontrados

- As Transferências a Municípios, classificadas como *Transferências a outras unidades do Governo Geral* estão superestimadas (pela falta de desagregação necessária da conta de despesa no SISTN);
- As receitas de *Impostos e Transferências de outras unidades do Governo Geral* e as despesas com *Transferências a outras unidades do Governo Geral* estão subestimadas (pelo lançamento da receita líquida da cota-parte municipal e pela falta da despesa com transferências a municípios de SC e PI).

Transferências Constitucionais a Municípios

Transferência a municípios	R\$ milhões	%
Cálculo	61.578,18	-
SISTN	64.003,54	-
BG	61.704,83	-
Diferenças	R\$ milhões	%
BG - Cálculo	126,65	0,21
SISTN - BG	2.298,71	3,73

- SC e PI: O erro é de aproximadamente R\$ 2.860 milhões

Ajustes propostos para a produção de estatísticas

- Desagregar a despesa com Transferências a Municípios no SISTN em alguns elementos de despesa (Ex.: “39”; “43”; “81”);
- Imputar, para os estados que não apresentam a despesa com transferência a municípios, o respectivo valor e somar na receita de impostos e transferências recebidas desses estados o montante correspondente à cota-parte municipal.

Multas e Juros de Mora

- O SISTN não desagrega a receita de Multas e Juros de Mora por imposto.

Problemas encontrados

- As contas de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa devem ser classificadas conforme o imposto de origem.

Ajustes propostos para a produção de estatísticas

- Desagregar, no SISTN, a receita de Multas e Juros de Mora em pelo menos Tributárias e não Tributárias, assim como a de Dívida Ativa.

Multas e Juros de Mora

➤ Por quê?

- ✓ Nos BG, os valores de Multas e Juros de Mora do ICMS, IPVA e ITCD correspondem em média a 57% do valor do SISTN
- ✓ A receita de Dívida Ativa do ICMS, IPVA e ITCD nos BG correspondem a 90% do valor da Dívida Ativa Tributária no SISTN

R\$ milhões

Multas e Juros de Mora	BG	SISTN	%
ICMS	2.010,57	-	48%
IPVA	318,19	-	8%
ITCD	73,20	-	2%
Total	2.401,96	4.186,38	57%

Dívida Ativa	BG	SISTN	SISTN
ICMS	1.308,01	-	88%
IPVA	34,72	-	2%
ITCD	3,82	-	0%
Total	1.346,55	1.491,44	90%

Fundos de Previdência

Panorama nos Estados

- Todos os Estados (exceto AP, que não informou) possuem leis instituidoras do RPPS mas o desenvolvimento do regime varia de estado para estado.

O regime é único?

Regime Único	Estados
SIM	16
NÃO	7
n.i.	4
Total geral	27

Fundos de Previdência

Qual o regime do Fundo?

Regime do Fundo	Estados
Capitalização	6
Repartição Simples	12
n.i.	9
Total geral	27

Qual a forma do gestor?

Forma do gestor	Estados
Órgão	6
Autarquia	15
Serviço Social Autônomo	2
n.i.	4
Total geral	27

Fundos de Previdência

Implicações

- A maioria dos estados inclui os fundos de previdência no Consolidado (Administração Direta ou Indireta)
 - ✓ Exceções: AM e PR → Gestores são entidades paraestatais
- Não há padrão de contabilização das despesas com o pagamento dos benefícios (podem ser classificadas como Pessoal ou Outras despesas correntes)

Ajustes propostos para a produção de estatísticas

- Seguir a mesma classificação da União para o seu RPPS
- Classificar todas as contas de Aposentadorias e Reformas e Pensões que apresentarem valores → não haverá dupla contagem
- Imputar os montantes de benefícios pagos pelos gestores do RPPS no PR e no AM com informações das próprias instituições

Avanços da Fase II

❖ Ativos:

- Somente os ativos financeiros serão classificados pelo Manual do Mercosul 2009;
- A pouca abertura do QDCC dificulta a classificação. Aqueles passíveis de serem classificados são principalmente os depósitos.

❖ Passivos:

- Não deverá existir problemas para a classificação.

A evolução definitiva das estatísticas se dará com a implementação do PCASP na administração pública brasileira

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

GERENTE DE ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

EQUIPE TÉCNICA

Angela Carballido Fernandez

Andresa Costa Biason

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

Informações – STN:

Fone: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br